



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 8/2023 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT, modalidade à distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que constam no processo 23228.000188/2023-21, e as deliberações na 58ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFAP,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT, modalidade à distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- Adriélma Nunes Ferreira Bronze, Reitora em exercício - CD1 - GAB, em 15/02/2023 10:47:33.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/02/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 54318

Código de Autenticação: 4276e00a4d





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO

**Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação
Profissional e Tecnológica – DocentEPT**

MACAPÁ-AP
Janeiro de 2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

Reitora

Victor Hugo Gomes Sales

Pró-Reitor de Ensino

Romaro Antonio Silva

Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Ana Paula Almeida Chaves

Pró-Reitora de Administração

Patrícia Paranhos Barbosa

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Karina Pingarilho Paschoalin

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Marco Rogério da Silva Pantoja

Diretor de Tecnologia da Informação

Alexandre Salomão Barile Sobral

Diretor de Engenharia e Infraestrutura

André Martins

Diretor de Informação, Comunicação e Eventos

Eliel Clebson da Silva Nery

Diretor do Campus Avançado do Oiapoque

Lucilene de Souza Melo

Diretora do Campus Laranjal do Jari

Márcio Getúlio Prado de Castro

Diretor do Campus Macapá

José Leonilson Abreu da Silva Júnior

Diretor do Campus Porto Grande

Marlon de Oliveira do Nascimento

Diretor do Campus Santana

Orian Vasconcelos Carvalho

Coordenador do Centro de Referência em EaD de Pedra Branca do Amapari



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

**Comissão de elaboração do Projeto de Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica**

Risonete Santiago da Costa
Mábia Nunes Toscano
Maryele Ferreira Cantuária
Romaro Antonio Silva
Suany Rodrigues da Cunha

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2	CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA	5
2.1	Apresentação e contextualização institucional	5
2.2	Breve histórico do IFAP	5
2.3	Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	6
2.3.1	Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	7
2.3.2	Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	9
2.3.3	Outras dimensões do trabalho	11
2.3.4	Dimensão social do trabalho e da técnica	14
2.3.5	A formação dos Educadores de Trabalhadores	15
2.3.6	Princípios Educacionais	16
2.4	Viabilidade técnica para a oferta nacional	16
2.5	Justificativa	17
2.6	Objetivo Geral	18
2.7	Objetivos Específicos	18
2.8	Público-alvo	18
2.9	Perfil do Egresso	19
2.10	Infraestrutura	19
3	CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO	20
3.1	Coordenação do Curso	20
4	MATRIZ CURRICULAR	22
4.1	Componentes Curriculares	22
5	Ementários	22
6	Metodologia	29
7	Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	29
8	Trabalho de Conclusão de Curso	31
9	Certificado	32
10	Indicadores de Desempenho	32
11	Recursos Financeiros	32
	REFERÊNCIAS	33

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	Campus Macapá, Oiapoque, Santana, Laranjal do Jari e Pedra Branca				
Carga Horária Total	480h ¹	Duração (Meses)	12 meses	Nº vagas	100
Modalidade	À distância				
Público-Alvo	Graduados, bacharéis e tecnólogos				
Início da oferta	Janeiro 2023				

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, com carga horária de 480h, duração de 05 meses, na modalidade a distância, destina-se a graduados, bacharéis e tecnólogos, que pretendam ter a formação em educação formação didática e pedagógica para atuar na Educação Profissional e Tecnológica.

2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

2.1 Apresentação e contextualização institucional

O objeto desta proposta é a oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, voltado para a formação de profissionais que tenham a pretensão de adquirir formação didática e pedagógica para atuar na Educação Profissional Técnica e Tecnológica em diversos contextos.

2.2 Breve histórico do IFAP

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) começa em 25 de outubro de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), instituída pela Lei nº 11.534. Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC nº 1066 atribui ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA) o encargo de implantar a ETFAP. Para tomar a frente das articulações locais e viabilizar a implantação da

então Escola Técnica Federal do Amapá, a Portaria MEC nº 1199, de 12 de dezembro de 2007, nomeia o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor-Geral *Pró-Tempore*.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transforma a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – autarquia vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais. Dando continuidade ao processo de implantação, o professor Emanuel Alves de Moura é nomeado reitor *Pró-Tempore*, pela Portaria MEC 021/2009, de 7 de janeiro de 2009.

Em 2015, o IFAP realizou sua primeira consulta à comunidade para escolha do gestor máximo da instituição, sendo eleita a professora Marialva do Socorro Ramalho Oliveira de Almeida, nomeada reitora com mandato até 2019, reeleita ao segundo mandato até 2023.

Além da Reitoria, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá é constituído pelos *campi* Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande e Santana, além do *campus* Avançado Oiapoque e do Centro de Referência em Educação a Distância Pedra Branca do Amapari, estrategicamente localizados para contribuir com o desenvolvimento do estado.

Como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, a partir de 2010, seguindo a política de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFAP passa a ofertar gradativamente cursos nos diferentes níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico, com o compromisso de viabilizar o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

2.3 Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

A Especialização em Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada a partir do Curso de DocentEPT, ofertado em parceria com a Universidade Aberta do Brasil/ IFES- IFAP desde o ano de 2021. Esta, por sua vez, está de acordo com a Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós- Graduação Lato Sensu de caráter pedagógico.

Diante das dos diversos contextos e instituições que buscam adquirir a formação formação didática e pedagógica para atuar na formação de profissionais estaa pós-graduação visa atender

esses profissionais para atuarem em suas instituições de forma humanizada e com competência técnica.

2.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *Homo sapiens* (definição da Biologia) é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reproduzível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o

que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, devido a inserção da população em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre é possível reconhecer a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entende-se que, quando uma faca é utilizada para descascar um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para a alimentação. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao realizar a refeição matinal, uma infinidade de técnicas foi empregada para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento de experiências, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem-se as técnicas também, ou porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo o caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte

definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretende-se transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

2.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, denotam a sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, há a imersão em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne* + *logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” hapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do e no* fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceituação na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a

de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acede-se à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula. Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, nesse texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e considerando que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e para o indivíduo. É possível atender a abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Vários aportes teóricos são possíveis para isso. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

2.3.2 Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, pode-se afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN *et al.*, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

É fundamental refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Inicialmente pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Cita-se

apenas dois.

Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constata-se uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin *et al.* (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse que ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas as dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o

trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como afirma Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar

rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

2.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a consequente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros).

Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de

cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

2.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita inserir-se no mundo do trabalho ou qualificação em serviço que contribua no fazer laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Incorre-se, também, na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdo, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

2.3.5 Princípios Educacionais

Esse Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica tem como alicerce de implementação, os seguintes princípios:

- Reconhecimento do trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana;
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional;
- Fortalecimento da pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional;
- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.
- A técnica como propriedade *adjetiva* humana de intervenção no mundo para a produção da existência;
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações;
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática;
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana;
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social;
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional e Tecnológica;
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EPT;
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular;
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional;
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir;
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante;
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica;

2.4 Viabilidade técnica para a oferta

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, tem a carga horária total de 480 horas, sendo o público-alvo constituído de portadores de diploma de graduação, bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica.

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso é composto por nove disciplinas obrigatórias, sendo uma

delas o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As disciplinas são realizadas a distância, com previsão de 6 atividades síncronas (*online*) ou presenciais, conforme calendário acadêmico da instituição ofertante. De acordo com o cronograma de atividades do curso, as atividades presenciais acontecerão ao longo do semestre letivo, a depender das orientações da instituição ofertante. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, em períodos alterados entre o início e o fim dos módulos.

Durante o curso, os estudantes serão orientados a desenvolver o Trabalho Final do Curso (TFC), que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, no planejamento, na implementação e na avaliação de um processo educativo para a Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente pelos estudantes. A orientação do TFC será realizada por um professor orientador, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final. A apresentação do TFC se dará por meio de uma banca de avaliação, constituída por membros internos e externos, e com a participação de colegas de turma/polo. Serão convidados a compor as bancas membros internos do curso, bem como profissionais externos que atuam na EPT.

As apresentações das defesas dos TFC serão avaliadas mediante atribuição de nota, entre zero e cem pontos, sendo aprovado o estudante que obtiver a nota final mínima de ~~60~~ 70 pontos.

2.5 Justificativa

2.5.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) em seu Art. 62 determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional, enquanto oferta associada à educação básica, considerando especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico contidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam que, para a formação desse profissional:

[...] quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos

técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada” (BRASIL, 1996).

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

2.6 Objetivo Geral

Capacitar graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, ou capacitar profissionais que busquem essa formação e que possam estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a Educação Profissional Tecnológica como campo de estudos.

2.7 Objetivos Específicos

- Capacitar professores e outros profissionais para ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos;
- Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

2.8 Público-alvo

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional ou como formadores para o magistério de cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica ou formadores para cursos de formação continuada.

2.9 Perfil do Egresso

Capacitar para implementar as seguintes competências:

- Preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- Lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- Elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- Elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- Aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- Participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- Planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- Organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- Inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- Planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso aos componentes curriculares trabalhados a todos.

2.10 Infraestrutura

Ambientes Administrativo-Pedagógicos:

- Salas de Aula: Com 40 carteiras, quadro branco, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia;
- Sala de Professores: Composta de mesas grandes, cadeiras acolchoadas, armários individuais para cada professor, televisor 55 polegadas, condicionador de ar, sala para planejamento que conta cabines para estudo individual e computadores com acesso à internet, uma copa e sanitários;
- Sala de Direção Geral;
- Sala de Direção de Ensino;

- Sala de Departamento de Apoio ao Ensino;
- Sala de Coordenação de Curso;
- Sala de Seção de Gerenciamento de Registro Escolar e Acadêmico;
- Sala de Departamento de Assistência Estudantil - DAES;
- Sala de Departamento de Pesquisa e Extensão – DEPEX;
- Sala de Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE;
- Auditório: Com 384 lugares, camarim, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones;
 - Biblioteca;
 - Laboratórios
 - Lanchonete

2.11 Do Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Curso será desenvolvido por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Plataforma Moodle, com acesso individualizado a todos os recursos disponíveis para a aprendizagem, com suporte técnico da Coordenação de Educação a Distância (ou equivalente) do Ifap.

É de responsabilidade do acadêmico dispor dos recursos tecnológicos necessários para o acesso ao curso e permanência nele.

3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão docentes convidados do corpo efetivo ou substitutos do Instituto Federal do Amapá, com a formação acadêmica compatível ao componente curricular.

Quanto ao quadro de técnicos administrativos serão os profissionais que desempenham suas atividades profissionais no IFAP.

3.1 Coordenação do Curso

O Coordenador do Curso, considerando os modelos e práticas de gestão, em especial aqueles associados ao uso das novas tecnologias da informação, deve ser um profissional que incentive e favoreça a crítica e a criatividade de todos os envolvidos no processo educacional. Este profissional, além de ser referência acadêmica no desenvolvimento da gestão pedagógica do

projeto do curso, atuará como articulador entre o Curso e a comunidade externa.

A seleção do coordenação de curso será de acordo com o critério estabelecido na Resolução Nº 07/2019/CONSUP/IFAP, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

A titulação do Coordenador do Curso deverá ser no mínimo a de mestrado, pois além de coordenar docentes portadores desses títulos, também precisará ter experiência com metodologias da pesquisa científica.

4 MATRIZ CURRICULAR

4.1 Componentes Curriculares

Módulo	Componentes Curriculares	Obrigatória ou optativa	Carga horária
MÓDULO I	Ambientação em EaD	Obrigatória/EaD	30
	Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória/EaD	60
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória/EaD	60
	Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.	Obrigatória/EaD	60
	Didática Profissional e Tecnológica.	Obrigatória/EaD	60
MÓDULO II	Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória/EaD	60
	Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória/EaD	45
	Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatório/Ea D	45
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	Obrigatória/EaD	30
	Libras	Obrigatória/EaD	30
Carga Horária Total do Curso			480

5 Ementários

Componente Curricular ou Disciplina: Ambientação em Educação a Distância
Carga Horária: 30h (Obrigatória)
Objetivos
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.
Ementa
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.
Bibliografia Básica ³
LE MOS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Florianópolis: IFSC, 2016. LITTO, M.F.; FORMIGA, M. Educação a Distância: estado da arte. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. São Paulo: Érica, 2014. 168 p. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011. MOODLE.ORG. Disponível em: < https://moodle.org/?lang=pt_br >. Acesso em: 26 out 2018.
Bibliografia Complementar ⁴
BEHAR, Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p. BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p. BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf >. Acesso em: 26 out 2018. CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. Introdução à Educação a Distância. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p. MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. São Paulo: Érica, 2015. 112 p. MATTAR, João. Guia de Educação a Distância. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p. PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil. 1ª ed., 2018. Disponível em < https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf >. Acesso em: 26 out 2018.

Componente Curricular ou Disciplina: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.
Ementa
Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.
Bibliografia Básica⁶
ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. BARATO, J. N. Fazer bem-feito: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015. CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac SP, 2017. MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.
Bibliografia Complementar⁷
AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010. GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. Revista Vértices, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003. GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019. GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine: recherche d’histoire et d’ethnologie destechniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l’Homme, 1987. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD 2014: Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. MORAES, G. H. Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409 >. PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Rev. Bras. de Estud. Pedagóg. [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf > PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007. SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Componente Curricular ou Disciplina: Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas. Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.
Ementa
Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutagógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.
Bibliografia Básica ⁹
BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios. Brasília: Liber Livro, 2013. MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999. PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
Bibliografia Complementar ¹⁰
ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Rio de Janeiro:

Componente Curricular ou Disciplina: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.
Ementa
Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.
Bibliografia Básica ¹²
BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015. BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: < http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf >. CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons. Disponível em: < https://br.creativecommons.org/ >. Acesso em 31 de maio de 2020. MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. PONTES, E. O que é esse tal de copyright?. 2017. Disponível em: < https://eadbox.com/copyright/ >. Acesso em: 31 de maio de 2020.
Bibliografia Complementar ¹³

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.

GANDELMAN, H. De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PORVIR. Tecnologias na Educação. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.

SANTOS, A. Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico]: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.

SARTORI, A; ROESLER, J. Educação a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). Conceito de recursos educacionais abertos. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Didática em Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (40h teórica e 20h prática) - Obrigatória
Objetivos
Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica. Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT. Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional.
Ementa
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.
Bibliografia Básica
BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.
DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: < https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf >
ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.
GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.
Bibliografia Complementar
ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". Revista Acadêmica da Unigranrio. Vol. IX, nº 1, 2015. Disponível em: < http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576 >
ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.
BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.
BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.
BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.
BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.
BERBEL, N. A. N. (Org.). Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999.
DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: < https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf >
ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.
GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.
PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Componente Curricular ou Disciplina: Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.
Ementa
Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.
Bibliografia Básica ¹⁸
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm , consulta em 06/03/2020. JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012. GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad . GRUBER, Crislaine. ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.
Bibliografia Complementar ¹⁹
GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. Boletim Técnico do Senac, v. 45, p. 117-137, 2019. GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. MULDER, M. (Ed.). Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education. Springer, 2017. NORTON, Robert E. DACUM Handbook. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press., 1997. PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. Revista brasileira Estudos pedagógicos, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf .

Componente Curricular ou Disciplina: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 45h (Obrigatória)
Objetivos
Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.
Ementa
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.
Bibliografia Básica
BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf . BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2007. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf . Acesso em: 04 abril 2018. DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação

social. Lutas Sociais, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25723>>.

FREITAS, Marcos Cezar de. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. Reflexões sobre o currículo inclusivo. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <[2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299)>"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK> "<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299">. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <_06/editora/formacao.pdf" HYPERLINK "[http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf) "[http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf) "tora/formacao.pdf">. Acesso em: 18 de maio de 2018.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. Revista Poiesis Pedagógica. Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. Manual de acessibilidade em documentos digitais / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, D. D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Componente Curricular ou Disciplina: Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 45h (Obrigatória)
Objetivos
Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.
Ementa
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).
Bibliografia Básica ²⁴
BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002.
GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. Revista Espacios, v. 35, n. 5,

<p>2014. PEREIRA, André Ferreira. Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.</p>
<p>Bibliografia Complementar²⁵</p>
<p>SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas>BMEC. Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada. 2014. Disponível em: <http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>. Acesso em: 14 jun 2018.</p>
<p>BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.</p>
<p>BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.</p>

<p>Componente Curricular ou Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso</p>
<p>Carga Horária: 30h (20h teórica e 10h prática) – Obrigatória</p>
<p>Objetivos</p>
<p>Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP</p>
<p>Ementa</p>
<p>Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.</p>
<p>Bibliografia Básica²⁷</p>
<p>MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p>
<p>Bibliografia Complementar²⁸</p>
<p>DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <http://www.dtparaeducadores.org.br>. Acesso em 10 jul. 2017. VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.</p>

<p>Componente Curricular ou Disciplina: Libras</p>
<p>Carga Horária²⁹: 30h – Obrigatória</p>
<p>Objetivos</p>
<p>Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais. Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos. Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais. Conhecer aspectos gramaticais da Libras.</p>
<p>Ementa</p>
<p>Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.</p>
<p>Bibliografia Básica³⁰</p>

<p>FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995</p> <p>GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008.</p> <p>LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>BOTELHO, Paula. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Inclusão & educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p>
<p>Bibliografia Complementar³¹</p>
<p>KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira – Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.</p> <p>PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>SILVA, Rafael dias. Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson, 2015.</p> <p>STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.</p>

6 Metodologia

As orientações metodológicas para o desenvolvimento dos cursos EAD deverão se basear na relação entre teoria e prática.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), será a sala de aula do curso, um espaço online que reunirá os conteúdos e materiais didático do curso, a programação de atividades, construção coletiva de conhecimento através dos fóruns, tarefas, questionários, wiki, workshop atividades online, síncronas e atividades avaliativas. O AVA também será o principal espaço de interação entre professores, tutores e estudantes, bem como, para estabelecer comunicação com publicações de notícias sobre o curso, acompanhamento do trabalho de professores e tutores, do participação e desenvolvimento de aprendizagem dos estudantes.

O AVA institucional a ser utilizado para oferta do curso, será através da Plataforma Moodle, disponível no seguinte endereço <https://ava.ead.ifap.edu.br>. Assim, somente as atividades à distância desenvolvidas nesse espaço serão consideradas para fins de comprovações de atividades de docentes e estudantes no âmbito do curso.

Cabe ressaltar ainda que serão utilizados diversas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como instrumentos pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem, dinamizando atividade e promovendo a autonomia dos estudantes.

7 Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem obedecerá, no que couber, às determinações do

Regulamento de Organização Didática de cada instituição ofertante, incluindo as seguintes especificidades: a avaliação da aprendizagem deve ter, sempre, o perfil profissional como referência os objetivos e as competências aqui descritos, além das competências inerentes a cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem, visando a construção de novos saberes. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados e devem constar no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o aluno à pesquisa, à reflexão e à criatividade. As avaliações de cada unidade curricular podem constar de:

- Observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades;
- Trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- Provas escritas, com ou sem consulta;
- Exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- Planejamento e execução de projetos;
- Relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- Atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, incluindo o cumprimento de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos pontos destinados à avaliação, considerando uma escala de zero a cem. Portanto, os alunos que não atingirem nota igual ou superior a setenta serão desligados do programa, conforme regulamento do curso.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, ao final das disciplinas, considerando o período previsto no calendário escolar, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, voltadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido à uma nova avaliação, sobre a qual prevalecerá o maior valor entre o obtido na avaliação realizada anteriormente ao processo de recuperação e o obtido na avaliação aplicada posteriormente ao período da recuperação.

Quanto a concessão de segunda chamada, ocorrerá conforme prevê a regulamentação dos Cursos de Pós Graduação *Lato Sensu*, na Resolução nº 07/2019/CONSUP/IFAP nos parágrafos 1º e 2º do art. 25, transcrito abaixo:

Art. 25 O acadêmico que faltar a uma das avaliações, poderá requerê-la em segunda chamada, desde que apresente justificativa, até 5 (cinco) dias úteis após sua realização, ficando, a critério do professor, a designação de data.

§ 1º O conteúdo da avaliação em segunda chamada será o mesmo da avaliação em primeira chamada.

§ 2º O acadêmico poderá requerer uma única vez, por componente curricular, a avaliação em segunda chamada.

Assim sendo, no caso em específico do curso DocentEPT em EaD, os prazos de reabertura para envio de atividades na plataforma, obedecerá os prazos previstos na regulamentação dos cursos de pós graduação, mediante a apresentação da justificativa via formulário (será disponibilizado aba do curso, na plataforma).

8 Trabalho de Conclusão de Curso

O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é dividido em dois instrumentos avaliativos: ☉ Artigo científico – Elaboração e defesa; ☉ Submissão do artigo em revista científica da área com classificação CAPES B (qualquer subnível) ou C. A elaboração do artigo científico deverá ser baseada nos resultados obtidos através da realização de um trabalho construído em comum acordo entre cursista e professor orientador. De acordo com o art. 6º da Resolução CNE/CES Nº. 01 de 06/04/2018, a elaboração do TCC da pós-graduação deve ser individual, bem como a sua defesa também deverá atender à exigência de ser individual e presencial e sua elaboração deve estar em conformidade com as Normas da ABNT.

De acordo com o art. 53 da Resolução CONSUP/IFAP Nº 07/2019, cada professor orientador poderá orientar até 5 (cinco) artigos científicos por curso de pós-graduação Lato Sensu. A defesa do artigo será apresentada, em seção pública, à banca examinadora composta por três (3) professores, sendo o orientador o presidente e, 2 (dois) professores com titulação mínima de mestre. O acadêmico deverá realizar a exposição pública do artigo científico em tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) minutos e máximo de 30 (trinta) minutos, podendo utilizar-se dos recursos didáticos que julgar necessários. Cada membro da banca examinadora terá 30 (trinta) minutos para fazer sua arguição em forma de diálogo. Será considerado aprovado o acadêmico que na apresentação e defesa do artigo científico obtiver a nota média mínima de 70 (setenta), em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. O candidato que não obtiver aprovação no artigo científico terá nova chance de defesa, em um prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar a partir da data da defesa anterior. Os candidatos que forem aprovados, porém com sugestões de correção do

texto do artigo, por parte da banca, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir da data da defesa, para entregar a versão final à coordenação de curso, estando essa versão com a página de assinatura dos membros da banca.

9 CERTIFICAÇÃO

Ao concluir todas as etapas do curso com no mínimo 70% (setenta por cento) de aproveitamento, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno fará jus ao título de Especialista em Processos Construtivos Residenciais. O certificado será expedido pela Instituição ofertante, em conformidade com a Resolução CNE/CES N°. 01/2018, de 06 de abril de 2018. O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto na Lei N° 12.527, bem como com as normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

10 INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores são instrumentos de apoio na avaliação do desempenho dos processos desenvolvidos. Para instituições de ensino, a avaliação do desempenho serve como instrumento de autoconhecimento, de tomada de decisão e de aperfeiçoamento permanente. Os indicadores de desempenho são de grande importância tanto no aspecto de controle, para que o gestor possa tomar as decisões, quanto no sentido de alocar melhor o recurso para a otimização das atividades. Assim os seguintes indicadores deverão ser considerados ao final do curso: número de alunos formados; índice médio de evasão; produção científica; média de desempenho dos alunos; grau de aceitação dos egressos e outros.

11 RECURSOS FINANCEIROS

A oferta do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica será gratuita e seu custeio financeiro será oriundo de recursos constantes no orçamento anual do Instituto Federal do Amapá.

REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nr. 11/2012. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Decreto 9.057 de 2017. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em:
BRASIL. Resolução CNE CES 01 de 2018. 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. **A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital**: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. **Les techniques et l'imaginaire**. Une question incontournable pour l'historien. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. **Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos**: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine**. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. **Competências e socioconstrutivismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. *Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation*. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. *Les techniques du corps*. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: **Journal de Psychologie**, XXXII, ne, 3-4, 15 mars – 15 Avril 1936. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. *Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**. 1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. *Haudricourt et la technologie*. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. **La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. *Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail*. **Techniques & Culture**, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Legislação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes):

Portaria CAPES nº 102, de 10/05/2019 – Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1027#anchor>

Portaria CAPES n.º 218, de 24/09/2018 - Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=81#anchor>

Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-11-2017-decreto-n-5800-uab-pdf>

Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016 – Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=294#anchor>

Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=261#anchor>

Instrução Normativa CAPES nº 2, 19/04/2017 – Procedimentos de pagamentos e parâmetros atinentes à concessão de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3#anchor>

Documento Digitalizado Público

PROJETO PEDAGÓGICO - Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT

Assunto: PROJETO PEDAGÓGICO - Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT
Assinado por: Luiz Ricardo
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luiz Ricardo Fernandes de Farias Aires, PRO-REITOR - SUB-CHEFIACD02 - PROEPPi**, em 27/01/2023 15:23:45.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/01/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 57767

Código de Autenticação: c589958e60

